

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINH

CNPJ 26.042.515/0001-48 ADM: 2021 / 2024

MENSAGEM N°033/22

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa, o incluso Projeto de Lei nº033/2022, que: Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do exercício financeiro de 2.022 e dá outras providências.

Trata-se de projeto de Lei destinado a reforço de dotações para empenhamento de despesas junto às secretarias de educação e assistência social.

Como se vê, a matéria tratada no Projeto merece apreciação e aprovação por parte dos Nobres Vereadores em caráter de urgência, como se pede.

Prefeitura Municipal de Carneirinho, 02 de setembro de 2022

Willian Martins Maia Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINI

CNPJ 26.042.515/0001-48 ADM: 2021 / 2024

PROJETO DE LEI N°033/22

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

Willian Martins Maia, Prefeito Municipal de Carneirinho, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em especial nos termos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal, por seus representantes aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Departamento de Contabilidade deste Município a abrir crédito adicional suplementar no orçamento da despesa do exercício financeiro de 2022, em conformidade com os artigos 41, 42 e 43 da Lei Federal 4.320/64, na importância de R\$166.620,00 (cento e sessenta e seis mil, seiscentos e vinte reais), destinados a aquisição de material de consumo para a secretaria, com a seguinte dotação orçamentária:

02 PODER EXECUTIVO

02.06 - Fundo Municipal de Educação

02.06.02 - Manutenção das Ações do Ensino

02.06.02.12 - Educação

02.06.02.12.361 - Ensino Fundamental

02.06.02.12.361.0006 – Educação de Qualidade a Todos

02.06.02.12.361.0006.2027 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

F:126/FR:101 – Rec.de Impostos e Transf.de Imp.Vinc.à Educação......R\$100.000.00

02.06.02.12.361.0010 - Transportando o Aluno com Segurança-Transporte Escolar

02.06.02.12.361.0010.2032 – Manutenção do Transporte Escolar Educação Básica

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

02.09 – Fundo Municipal de Assistência Social

02.09.02 - Ações em Assistência Social e Habitação

02.09.02.08 - Assistência Social

02.09.02.08.244 – Assistência Comunitária

02.09.02.08.244.0016 - Promoção Humana e Assistência Social

02.09.02.08.244.0016.2049 – Manutenção das Atividades do CRAS-PAIF

3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

TOTAL......R\$166.620,00

Art. 2º - Será utilizado, como recurso financeiro para o referido crédito adicional especial a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINH

CNPJ 26.042.515/0001-48 ADM: 2021 / 2024

Scheissad de Finanças e Orçamento

/ 1000165 10001010 0100

22 eedaced activity 02 PODER EXECUTIVO 02.06 – Fundo Municipal de Educação 02.06.02 - Manutenção das Ações do Ensino 02.06.02.12 - Educação 02.06.02.12.306 - Alimentação e Nutrição 02.06.02.12.306.0008 - Alimentar para Aprender-Merenda Escolar 02.06.02.12.306.0008.2030 - Manutenção da Merenda Escolar-Ensino Fundamental 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais 02.06.02.12.361 - Ensino Fundamental 02.06.02.12.361.0010 - Transportando o Aluno com Segurança-Transporte Escolar 02.06.02.12.361.0010.2032 – Manutenção do Transporte Escolar Educação Básica 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado F:128/FR:101 - Rec.de Impostos e Transf.de Imp.Vinc. à Educação......R\$ 20.000,00 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais 02.06.02.12.365 - Educação Infantil Sala das Samakana (Tablakana) 02.06.02.12.365.0006 – Educação de Qualidade a Todos 02.06.02.12.365.0006.2026 – Manutenção do Ensino Infantil – Pré-Escola 100 (1800) 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado 02.09 – Fundo Municipal de Assistência Social 02.09.01 - Secretaria de Assistência Social 02.09.01.04 – Administração 02.09.01.04.122 - Administração Geral 02.09.01.04.122.0002 - Gestão Administrativa 02.09.01.04.122.0002.2012 - Manutenção da Secretaria de Assistência Social 3.3.90.14.00 – Diárias – Pessoal Civil

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipa de Carneirinho, 02 de setembro de 2022.

Willian Martins Maia Prefeito Municipal

TOTAL......R\$166.620,00

A Comissão de Finanças e Orçamento para oferecer parecer.
Sala das Sessões OS OS 122

Pres. Camara Pres. Comissão

Aprovado em duas discussão Por unami midade
Sala das Caleber em 05/09 /22 O Presidente
- Enmy

A Sanção

Sala das Sessões em 05/09/22

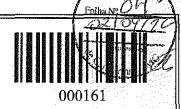
O Presidente

e un la port de processe de la final de la

et officher eight och till och till. Selt och till och terkeller



Câmara Municipal de Carneirinho - Carneirinho - MG Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



COMPROVANTE DE PROTOCOLO - Autenticação: 02022/09/02000161

Número / Ano	000161/2022	
Data / Horário	02/09/2022 - 16:29:52	
Assunto	Oficio nº137/2022/GP-PM Projetos de Lei Nº 033/22 e 034/22	
Interessado	Prefeitura Municipal de Carneirinho	
Natureza	Administrativo	
Tipo Documento	Oficio	
Número Páginas		
Emitido por	Jane	



CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRIN

CNPJ 26.042.572/0001-27

PARECER JURÍDICO Nº 007/2022

REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI Nº 033/2022

1 – RELATÓRIO

Trata-se de parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e formalidade jurídica do Projeto de Lei nº 033/2022, de iniciativa do Poder Executivo deste Município de Carneirinho/MG, em tramitação nesta Casa, que dispõe sobre a autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Projeto de Lei nº 033/2022, tem a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica autorizado o Departamento de Contabilidade deste Município a abrir crédito adicional suplementar no orçamento da despesa do exercício financeiro de 2022, em conformidade com os artigos 41, 42 e 43 da Lei Federal 4.320/64, na importância de R\$166.620,00 (cento e sessenta e seis mil, seiscentos e vinte reais), destinados a aquisição de material de consumo para a secretaria, com a seguinte dotação orçamentária:

02 PODER EXECUTIVO

02.09 – Fundo Municipal de Assistência Social
02.09.02 – Ações em Assistência Social e Habitação
02.09.02.08 – Assistência Social
02.09.02.08.244 – Assistência Comunitária
02.09.02.08.244.0016 – Promoção Humana e Assistência Social
02.09.02.08.244,0016.2049 – Manutenção das Atividades do CRAS-PAIF
3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Reticia Maria da Silva



CÂMARAMUNICIPAL DE CARNEIRINHE

CNPJ 26.042.572/0001-27

Art. 2º - Será utilizado, como recurso financeiro para o referido crédito adicional especial a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

	02 PODER EXECUTIVO	
	02.06 – Fundo Municipal de Educação	
	02.06.02 – Manutenção das Ações do Ensino	
	02.06.02.12 Educação	
	02.06.02.12.306 – Alimentação e Nutrição	
	02.06.02.12.306.0008 - Alimentar para Aprender-Merenda Escolar	
	02.06.02.12.306.0008.2030 - Manutenção da Merenda Escolar-Ensino Fundamental	
	3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
	F:114/FR:100 - Recursos não vinculados de Impostos	
	3,1.90,13.00 – Obrigações Patronais	
	F:115/FR:100 - Recursos não vinculados de Impostos	
	•	
	02.06.02.12.361 - Ensino Fundamental	
	02.06.02.12.361.0010 - Transportando o Aluno com Segurança-Transporte Escolar	
	02.06.02.12.361.0010.2032 – Manutenção do Transporte Escolar Educação Básica	
	3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado	
	F:128/FR:101 - Rec.de Impostos e Transf.de Imp.Vinc. à EducaçãoR\$ 20.000,00	
	3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
	F:129/FR:101 - Rec.de Impostos e Transf.de Imp. Vinc. à EducaçãoR\$ 30.000,00	1
	3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	
	F:130/FR:101 - Rec.de Impostos e Transf.de Imp.Vinc. à EducaçãoR\$ 14.000,00	
	00.07.00.10.07. EL . X L C .//	
	02.06.02.12.365 – Educação Infantil	
	02.06.02.12.365.0006 Educação de Qualidade a Todos	
	02.06.02.12.365.0006.2026 – Manutenção do Ensino Infantil Pré-Escola 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado	
	5.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado F:150/FR:101 – Rec.de Impostos e Transf.de Imp.Vinc. à EducaçãoR\$ 58.000,00	
	F.150/FK:101 - Recide imposios e Translide imp. vinc. a Educação	
	02.09 – Fundo Municipal de Assistência Social	
	02.09.01 – Secretaria de Assistência Social	
	02.09.01.04 Administração	
	02.09.01.04.122 – Administração Geral	
	02.09.01.04.122.0002 – Gestão Administrativa	
	02.09.01.04.122.0002.2012 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social	
	3.3.90.14.00 – Diárias – Pessoal Civil	
٠	F:260/FR:100 - Recursos não vinculados de Impostos)
	TOTAL	

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições

2 – FUNDAMENTAÇÃO

em contrário."

Compete à Assessoria Jurídica, órgão integrante da estrutura administrativa da Câmara Municipal de Carneirinho/MG, dentre outras atribuições, analisar e opinar sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa das proposições.

Reticia Maria da Silva



CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO

CNPJ 26.042.572/0001-27

Logo, deve ser emitido parecer sobre o Projeto de Lei nº 033/2022 por esta Assessoria Jurídica.

2.1 – DO PARECER JURÍDICO – PRERROGATIVA PREVISTA NO ARTIGO 133 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 – MANIFESTAÇÃO FUNDAMENTADA NO LIVRE EXERCÍCIO PROFISSIONAL

O artigo 133, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que "o Advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei."

No mesmo sentido, a Lei Federal nº 8.906, de 04/07/1994 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil) assevera que o advogado é inviolável por seus atos e manifestações, nos termos do que preconiza o parágrafo 3º de seu artigo 2º:

"Artigo 2° (...)

Parágrafo 3º - No exercício da profissão, o advogado é inviolável por seus atos e manifestações, nos limites desta Lei."

Seguindo esta linha de raciocínio, vale também citar o inciso I do artigo 7º da Lei Federal nº 8.906/1994, que estabelece ser direito do advogado, dentre outros, "exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional".

Registre-se que o presente parecer, apesar da sua importância para o processo legislativo, não tem efeito vinculante, tampouco caráter decisório. As autoridades a quem couber a sua análise têm plenos poderes para acolhê-lo, no todo ou em parte, ou rejeitá-lo.

A propósito, ensina José dos Santos Carvalho Filho:

"Os pareceres consubstanciam opiniões, pontos de vista de alguns agentes administrativos sobre matéria submetida à sua apreciação (...) refletindo um juízo de valor, uma opinião pessoal do parecerista, o parecer não vincula a autoridade que tem competência decisória, ou seja, aquela a quem cabe praticar o ato que o aprova ou rejeita. Como tais atos têm conteúdos antagônicos, o agente que opina nunca poderá ser o que decide." (Manual de

Reticia Maria da Silva



CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO

CNPJ 26.042.572/0001-27

Direito Administrativo, 21^a edição, Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2009; pág. 133).

Outrossim, cumpre ressaltar que este parecer não substitui os pareceres das Comissões Permanentes desta Casa Legislativa, às quais a depender da natureza jurídica do projeto, devese ser submetido para apreciação, sempre ponderando, de novo, a matéria de sua competência.

2.2 – DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CARNEIRINHO/MG PARA LEGISLAR SOBRE A MATÉRIA

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê no art. 30, inciso I:

"Art. 30. Compete aos Municípios:

I – Legislar sobre assuntos de interesse local; (...)"

Igualmente, a Constituição do Estado de Minas Gerais prescreve no art. 171, inciso I:

"Art. 171. Ao município compete legislar:

I – Sobre assuntos de interesse local (...)".

Destarte, no plano constitucional não há óbice a que o Município de Carneirinho/MG discipline a matéria tratada no Projeto de Lei nº 033/2022, haja vista ser matéria de interesse local.

2.3 – DA INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO. AVALIAÇÃO SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE

O Projeto de Lei nº 033/2022 é de propositura de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, conforme dispõe o art. 65, inciso II da Lei Orgânica do Município de Carneirinho/MG, conforme se nota da análise do artigo:

Redicia Mava da Silva



CÂMARAMUNICIPAL DE CARNEIRINHO

CNPJ 26.042.572/0001-27

"Art. 65. São de iniciativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

I - (...)

 II – Organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;

(...)"

Como se observa no Projeto de Lei nº 033/2022, este foi subscrito e assinado pelo Prefeito Municipal, acompanhado ainda, da Mensagem Complementar nº 033/22, com a cordial justificativa para o caso em apreço.

Consequentemente, não se vislumbra vício de iniciativa no Projeto de Lei nº 033/2022.

2.4 – DO MÉRITO DO PROJETO DE LEI nº 033/2022. DA CONSTITUCIONALIDADE OBSERVADA

De acordo com o exposto, o Projeto de Lei nº 033/2022, visa abrir crédito adicional suplementar no orçamento do exercício financeiro de 2022. Nesse sentido, o art. 1º do referido projeto autoriza o Departamento de Contabilidade do Município de Carneirinho a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do exercício de 2022, em conformidade com a Lei Federal 4.320/64, no montante total de R\$ 166.620,00 (cento e sessenta e seis mil, seiscentos e vinte reais), para aquisição de material de consumo para a secretaria.

Em vista disso, a Lei Federal nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, no art. 41, inciso I, relaciona o crédito adicional suplementar como aquele destinado para dotação orçamentária, nesse caso, para reforço da dotação já existente, também, o art. 42 dita que os créditos suplementares e especiais devem ser autorizados por Lei e abertos por decreto executivo, situação que se denota no caso em tela. Para um maior balizamento, o art. 41, inciso I e art. 42, da Lei nº 4.320/64, estabelecem:

"Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I – Suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

Rotina Mariadasi Wa





H - (...).

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por Lei e abertos por decreto executivo."

Assim sendo, o dito no Projeto de Lei Complementar nº 033/2022, está em perfeita consonância jurídica com o estabelecido pela Constituição Federal e pela Lei Federal nº 4.320/64, haja vista seus termos.

Destarte, oportunamente deve-se destacar, também, que posto projeto em tela, tem o cerne basilar de dar suporte para a manutenção da engrenagem pública municipal, em especial, empenhamento de despesas junto a Secretaria de Educação e Assistência Social, o que traz consigo inúmeros benefícios para a sociedade de forma geral, e mais ainda, para a população carente de nosso município, visto o envolvimento direto das referidas secretarias e o público carente que delas depende, considerando nesse contexto, que o presente crédito adicional suplementar é medida fundamentalmente necessária nesse caso.

Nesse contexto, conclui-se e opina pela legalidade e a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 033/2022, haja vista o casamento do ditame Constitucional Pátrio com o referido projeto.

3 – CONCLUSÃO

Ante o exposto, com todo respeito, esta Assessoria Jurídica emite parecer pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 033/2022.

Este é, respeitosamente, o parecer, acerca da legalidade, constitucionalidade e formalidade jurídica do Projeto de Lei nº 033/2022, desta Assessoria Jurídica.

Carneirinho/MG, 05 de setembro de 2022.

Leticia Maria da Silva

Letícia Maria da Silva – Assessora Jurídica da Câmara Municipal

OAB/SP 443.584

Cetícia Maria da Silva



CÂMARAMUNICIPAL DE CARNEIRINHE

CNPJ 26.042.572/0001-27

FICHA DE CONTROLE DE TRAMITAÇÃO

PROJETO DE LEI Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adici-				édito adicional		
N.º: 33/2022		suplementar e dá outras providências.				
AUTORIA	Poder E	Executivo		DATA DE	RECEBIMENTO	02/09/2022
VOTAÇÃO	Maioria	ia simples ENC		AMINHAL	O AO JURIDICO	05/09/2022
		Order	n Do Dia I	Da(S) Reun	ião(ões)	
13ª Reunião Ordinária 05/09/2022						
						·

PRAZOS PARA AS COMISSÕES APRESENTAREM OS PARECERES Art. 100 RI.

Entregue à Comissão F.O. em <u>0569/22</u> Visto do Pres: Joaquim M. S. de Almeida	- Harman
Entregue ao Relator em <u>05/09/22</u> Visto do Relator: Fábio Samartino	
Vista nos termos do § 1º do Art. 101 RI ao Ver.	
Entregue à Comissão F.O redação final em <u>05d9 122</u> Visto do Pres: Joaquim M. S. de Almeida	- Amalaina
Entregue ao Relator em <u>OSOGIQL</u> Visto do Relator: Fábio Samartino	

Vista nos termos do Art. 216 R.I.			RESULTADO DA VOTAÇÃO		
Data		Vereador		Unanimidade ()	A favor ()
				Rejeitado (*)	Contra ()
				Arquivado ()	
				Emenda () sim	() não
	Sec			**************************************	

CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO CNPJ 26.042.572/0001-27

PARECER PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º: 033/2022

DENOMINAÇÃO: Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

AUTOR(ES): Poder Executivo

voto:

COMISSÃO: Finanças e Orçamento.

CONCLUSÃO: O relator da Comissão após apreciação e estudo do Projeto supracitado, enviado pelo presidente da Comissão, a esta pasta, CONCLUIU: que trata de projeto legal e constitucional e quanto ao mérito foi pela aprovação do projeto como encontra-se redigido.

Câmara Municipal de Carneirinho, 5 de September de 2022.

Relator

PARECER DA COMISSÃO

Os membros da Comissão, após a apreciação do parecer do Relator emitem seu

		Favorável	Contrário	Com parecer em anexo
Presidente	Joaquim Madalena S.de Almeida	A HOUR ROLL		
Vice-Pres.	Pedro Emilio Martins Arruda	Took -		
Relator	Fábio Samartino			

Câmara Municipal de Carneirinho, 5 de September de 2022.

APROVADO em <u>flucil</u> discussão.

Carneirinho-MG, 05 10 9 /2022.

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO

CNPJ 26.042.572/0001-27

PARECER PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º: 033/2022

DENOMINAÇÃO: Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

AUTOR(ES): Poder Executivo

voto:

COMISSÃO: Finanças e Orçamento.

CONCLUSÃO: O relator da Comissão após apreciação e estudo do Projeto supracitado, enviado pelo presidente da Comissão, a esta pasta, para a Redação Final: Deu forma a matéria aprovada segundo a técnica legislativa.

Câmara Municipal de Carneirinho, 5 de September de 2022.

Relator

PARECER DA COMISSÃO

Os membros da Comissão, após a apreciação do parecer do Relator emitem seu

		Favorável	Contrário	Em Separado Com parecer em anexo
Presidente	Joaquim Madalena S.de Almeida	Attent species	>	
Vice-Pres.	Pedro Emilio Martins Arruda	The state of the s		-:-
Relator	Fábio Samartino			

Câmara Municipal de Carneirinho, 5 de September de 2022.

APROVADO em <u>funa</u> discussão.

Por <u>funam mude of</u>

Carneirinho-MG, 056 9 /2022



CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRIN

CNPJ 26.042.572/0001-27

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 036/2022

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

Willian Martins Maia, Prefeito Municipal de Carneirinho, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em especial nos termos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal, por seus representantes aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Departamento de Contabilidade deste Município a abrir crédito adicional suplementar no orçamento da despesa do exercício financeiro de 2022, em conformidade com os artigos 41, 42 e 43 da Lei Federal 4.320/64, na importância de R\$166.620,00 (cento e sessenta e seis mil, seiscentos e vinte reais), destinados a aquisição de material de consumo para a secretaria, com a seguinte dotação orçamentária:

02 PODER EXECUTIVO

02.06 - Fundo Municipal de Educação

02.06.02 - Manutenção das Ações do Ensino

02.06.02.12 - Educação

02.06.02.12.361 - Ensino Fundamental

02.06.02.12.361.0006 - Educação de Qualidade a Todos

02.06.02.12.361.0006.2027 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.30.00 - Material de Consumo

F:123/FR:101 - Rec.de Impostos e Transf.de Imp.Vinc. à Educação......R\$ 50.000,00

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

F:126/FR:101 – Rec.de Impostos e Transf.de Imp.Vinc.à Educação......R\$100.000,00

02.06.02.12.361.0010 - Transportando o Aluno com Segurança-Transporte Escolar

02.06.02.12.361.0010.2032 - Manutenção do Transporte Escolar Educação Básica

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

F:135/FR:101 – Rec.de Impostos e Transf.de Imp.Vinc. à Educação.......R\$ 15.000,00

02.09 – Fundo Municipal de Assistência Social

02.09.02 - Ações em Assistência Social e Habitação

02.09.02.08 - Assistência Social

02.09.02.08.244 - Assistência Comunitária

02.09.02.08.244.0016 – Promoção Humana e Assistência Social

02.09.02.08.244.0016.2049 - Manutenção das Atividades do CRAS-PAIF

3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Art. 2º - Será utilizado, como recurso financeiro para o referido crédito adicional especial a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:



CÂMARA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO CNPJ 26.042.572/0001-27

TO ABRIL (SEE		
02 PODER EXECUTIVO		Folha No. 19
02.06 – Fundo Municipal de Educação		(05/04C2
02.06.02 - Manutenção das Ações do Ensir	no	Consequence .
02.06.02.12 — Educação		Corring .
02.06.02.12.306 – Alimentação e Nutrição		
02.06.02.12.306.0008 - Alimentar para Ap	• •	
02.06.02.12.306.0008.2030 — Manutenção	da Merenda Escolar-Ensino Fund	lamental
3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens F		
F:114/FR:100 – Recursos não vinculados d	le Impostos	R\$ 33.000,00
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais		
F:115/FR:100 – Recursos não vinculados d	le Impostos	R\$ 10.000,00
02.06.02.12.361 - Ensino Fundamental		
02.06.02.12.361.0010 - Transportando o A		
02.06.02.12.361.0010.2032 – Manutenção		Básica
3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Det	The state of the s	
F:128/FR:101 – Rec.de Impostos e Transf.	•	R\$ 20.000,00
3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens F		
F:129/FR:101 – Rec.de Impostos e Transf.	de Imp. Vinc. à Educação	R\$ 30.000,00
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais	1. V	Table 1.4.000.00
F:130/FR:101 – Rec.de Impostos e Transf.	de Imp. Vinc. à Educação	R\$ 14.000,00
02.06.02.12.365 — Educação Infantil		
02.06.02.12.365.0006 – Educação de Quali		
02.06.02.12.365.0006.2026 – Manutenção	•	
3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Det		
F:150/FR:101 – Rec.de Impostos e Transf.	de Imp.Vinc. à Educação	R\$ 58.000,00
02.09 – Fundo Municipal de Assistência So		
02.09.01 – Secretaria de Assistência Social	ı	
02.09.01.04 – Administração		
02.09.01.04.122 – Administração Geral		
02.09.01.04.122.0002 – Gestão Administra		
02.09.01.04.122.0002.2012 - Manutenção	da Secretaria de Assistência Soci-	al
3.3.90.14.00 – Diárias – Pessoal Civil		
F:260/FR:100 – Recursos não vinculados d	le Impostos	R\$ 1.620,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Carneirinho, 05 de setembro de 2022.

.....R\$166.620,00

Érica de Souza Queiroz Presidente

Rua Antônio das Graças de Oliveira, 1600, Jardim Planalto, Carneirinho, Minas Gerais. CEP: 38290-000 Fone/Fax: (34) 3454-1275 - Email: secretaria@carneirinho.mg.leg.br - Site: www.carneirinho.mg.leg.br